



# ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL

**Antonio Delfim Netto**

*Professor, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.*

**V**ou procurar dar, tão rapidamente quanto me seja possível, uma visão panorâmica dos nossos problemas e da estratégia que estamos adotando para enfrentá-los, estratégia que foi formulada já no início do Governo Figueiredo.

Talvez seja interessante discutirmos por que estamos hoje com os problemas que nos afligem, depois de termos passado por um período relativamente tranquilo, em que o desenvolvimento econômico era acelerado, a taxa de inflação era decrescente e todos os indicadores da dívida externa eram extremamente favoráveis.

Basicamente, o Brasil não é uma exceção no Mundo atual. Em 1972, tínhamos uma pequena crise monetária mundial que ameaçava realmente a estabilidade de todo o sistema monetário internacional, mas que não se tinha ainda feito sentir, até que, em outubro, com a descoberta de que era possível fazer-se um

cartel dos preços do petróleo, as coisas se complicaram — e se complicaram não apenas para o Brasil, mas para todos os países do Mundo. Com a elevação rápida dos preços do petróleo — no fim de 73 e durante o ano de 74, o petróleo passou de dois para dez dólares o barril — houve realmente um grande desequilíbrio em toda a Economia Mundial. Não o desequilíbrio a que as pessoas normalmente se referem: a reciclagem dos dólares, os petrodólares que os árabes recebiam como pagamento do seu petróleo e tinham de devolver de alguma outra forma — ou por empréstimo ou por investimento direto — aos países que estavam comprando esse petróleo; mas, sim, a um desequilíbrio físico, e poucas pessoas pensam na natureza dele.

O que aconteceu, efetivamente quando se instaurou a crise do petróleo? A elevação do preço do petróleo é apenas um dos lados da moeda. *Fisicamente, o que aconteceu foi o seguinte: os países*

*produtores de petróleo se reuniram e decidiram coletar um imposto do resto do Mundo.* Eles elevaram o preço do petróleo — multiplicaram por cinco o dos países consumidores, imposto que tinha de ser pago com um acréscimo de exportações. O Brasil foi um dos países mais afetados com a crise do petróleo, não apenas porque — a despeito de todo o nosso esforço — não tínhamos encontrado petróleo ainda, mas também porque a nossa dependência, com relação ao petróleo, cresceu de uma forma muito rápida, como veremos a seguir.

Quando se instaurou a crise do petróleo, portanto, fisicamente isso significou que os países exportadores se apropriaram de uma parcela do PNB de todos os países importadores. Dessa parcela do produto nacional do Mundo, uma parcela muito significativa era do Produto Nacional Brasileiro. Isto é, em um ano, eles decidiram tomar quase 4% do que nós produzimos. O imposto do petróleo, no período de 73/74, equivale, grosseiramente, a 4% do nosso Produto. Isso significa o seguinte: 4% do que cada um de nós produziu, do que todos os brasileiros produziram, tinham de ser "empacotados", "peletizados" e enviados para pagar o aumento do preço do petróleo. Esta é a noção física do desequilíbrio do petróleo. Não é a alta de preço, que é simplesmente uma expressão monetária desse desequilíbrio. O que temos de entender é que a alta do preço do petróleo chegou, cortou um pedaço do nosso Produto e levou embora. Cortando um pedaço do nosso Produto e levando embora, sobrou para nós uma quantidade menor. Então, nós teríamos de fazer uma, de duas coisas: reduzir o consumo ou reduzir o investimento. Não há outro mecanismo de reequilibrar as contas, a não ser ou re-

duzindo o consumo ou reduzindo o investimento. No entanto, nós nos encontramos numa situação muito peculiar: em 74, tínhamos começado o processo de distensão política. Tínhamos começado um processo no qual era previsível que as reivindicações iam-se exacerbar. E foi exatamente o que aconteceu. A primeira coisa que se perdeu foi a política salarial. E o que significa perder a política salarial? Significa que as reivindicações por acréscimos de salário cresceram muito mais depressa do que aquilo que podia ser satisfeito com o que havia sobrado de recursos. Isto significa que o consumo não iria ser sacrificado. E era compreensível. Num processo em que estávamos fazendo uma distensão política, uma coisa que não se poderia cortar era o consumo. Mas, se não se podia cortar o consumo, nós tínhamos de cortar fortemente o investimento. Mas, também não podíamos fazer isso e, na minha opinião, por muito boas razões. O Governo tinha de optar entre usar recursos externos ou cortar os investimentos. E ele optou pela solução que era politicamente mais aceitável e socialmente menos pesada para a Nação: ele decidiu continuar investindo fortemente e ampliando a sua dívida no exterior. A dívida externa também é simplesmente a faceta monetária do comportamento que nós tivemos internamente, de forma consciente, não reduzindo os investimentos no período, digamos, de 74 a 79.

Então, o que é preciso compreender, em primeiro lugar, é porque nós nos encontramos na situação em que nos encontramos.

Nós nos encontramos, hoje, com uma inflação muito alta e com um endividamento substancial. Eles são consequência do processo de adaptação que o País escolheu para o período de crise. Como não cortamos o consumo e não podíamos

nos cortar o investimento, isso tinha de esgotar em dois efeitos: uma alta inflação e um grande déficit em contas-correntes. Foi exatamente o que aconteceu. Algumas pessoas ficam imaginando que o Brasil é um caso especial, que o Brasil precisa de uma teoria econômica própria. Não há nada disso. O Brasil é um caso comum de desequilíbrio entre oferta e procura globais, produzido, no nosso caso, de uma forma consciente. Nós tínhamos consciência de que iria acontecer o que está acontecendo. Essa opção, como pretendo mostrar adiante, na minha opinião foi correta.

Como essa crise mundial, então, se exprimiu no Brasil? Quais são as formas por que ela se transmitiu internamente para o Brasil?

De um lado, como já disse, por uma exacerbção na pressão inflacionária; de outro, por uma deterioração violenta do balanço de pagamentos. E, finalmente, pela consciência nacional de que era preciso adaptar a economia à crise de energia.

Os dois primeiros casos são manifestações monetárias do desequilíbrio — a inflação é uma manifestação monetária deste desequilíbrio fundamental que existe na economia. O balanço de pagamentos também é uma manifestação monetária deste desequilíbrio.

O fato importante, o fato decisivo, aquele em que o Governo tem de colocar toda a sua ênfase, é a adaptação da economia à crise de energia, porque é o sucesso desta adaptação que vai dar ao País a perspectiva de superar essas crises de prazo mais curto — a crise da inflação e a crise do balanço de pagamentos — e chegar ao fim disto com uma perspectiva diferente.

Era preciso, portanto, formular uma política que atendessem simultaneamente a três condições: que reduzisse as pressões inflacionárias, que reduzisse o déficit em contas-correntes e que, simultaneamente, fosse mobilizando os recur-

sos nacionais na direção da produção interna de energia.

A colocação desses três problemas limitou fortemente a escolha dos instrumentos à disposição do Governo. Foi exatamente por isso que o Governo do Presidente João Figueiredo, depois da análise de cada um desses problemas, escolheu uma estratégia que, acredito, vai nos conduzir ao resultado desejado.

Passarei, agora, à análise de cada um desses três problemas e depois vou dar uma idéia da estratégia.

A análise da inflação brasileira revela que ela tem basicamente quatro causas, sendo cada uma delas um detalhamento da causa fundamental, que é aquele desequilíbrio a que me referi.

A primeira causa da inflação brasileira é, ou foi, certamente, o excesso de dispêndio do Governo.

Naquele período em que tínhamos de cortar os investimentos se desejávamos caminhar para o equilíbrio, o Governo tomou consciência de que este era um caminho extremamente doloroso e extremamente ineficaz, porque, reduzindo os investimentos, não só reduziria a taxa de crescimento do País, como não produziria certa adaptação nas importações que eram absolutamente necessárias. O Governo decidiu, portanto, ampliar os seus investimentos. E foi o que ele fez; ampliou os seus investimentos, terminou o pólo petroquímico, construiu toda uma indústria de bens-de-capital. Neste sentido, tornou a economia menos dependente do exterior. Essa ampliação da despesa do Governo atingiu, contudo, níveis realmente muito altos, já há três anos, níveis que estão sendo corrigidos agora, lentamente. E por que lentamente? Porque existem investimentos em curso que simplesmente não podem ser paralisados.

Mas isso não nos deve enganar. Realmente, a causa fundamental da inflação brasileira foi esta tentativa de ampliar, ao mesmo tempo, o consumo e o inves-

timento. Nós sabemos que isso era impossível fisicamente e que a expressão deste desequilíbrio é a inflação. Mas, a partir do ano passado, decidimos meter o Governo de novo dentro da forma, cortando os investimentos — e os senhores são testemunhas disso — de forma dramática. Nós estamos pondo o Governo dentro da forma outra vez, para que ele tenha de fato o controle dos seus dispêndios. O déficit do Governo não vinha tanto da administração direta — que esta é realmente uma administração mais tranqüila, mais controlada — mas das empresas da administração indireta, que foram empurradas para a frente para realizar o processo de substituição para importações e o processo de investimento que foi realizado. Hoje, com o sistema de controle implantado, nós temos a convicção de que deveremos terminar o ano de 80 já quase sem tensão advinda do setor Governo e, certamente, em 81 — com um Orçamento extremamente duro, aprovado pelo Presidente Figueiredo — não advirá, do setor Governo, mais nenhuma tensão inflacionária.

Esta é uma das causas, portanto, que nós confiamos que esteja praticamente eliminada.

A segunda causa da inflação brasileira é também uma causa física: a *escassez de alimentos*.

Poucas pessoas se dão conta do que representou essa escassez de alimentos. Durante três anos sucessivos tivemos safras muito ruins, devido ao tempo. O mau tempo, a seca, nos atrapalharam fortemente nesses três anos e tivemos safras realmente rudes. Ao longo desses três anos nós consumimos todo o estoque de alimentos que tínhamos. No ano de 79, chegamos praticamente a ficar sem estoque de alimentos.

Para os senhores terem uma idéia, na CEAGESP, em São Paulo, a passagem anual sempre se faz, digamos, com três ou quatro milhões de sacas de arroz guardadas. De 79 para 80, nós passamos com

39 mil sacas, isto é, nós tínhamos consumido tudo o que existia de disponível. Para que não houvesse uma crise de abastecimento mais forte, o Governo importou alimentos; importou arroz, feijão, carne, milho — para citar os quatro mais importantes, porque importamos leite também. Isto demonstra o que foi essa escassez de alimentos.

Se os senhores olhassem o prato de um trabalhador, no ano passado ou no começo deste ano, veriam que ele estava comendo arroz que tínhamos trazido da Tailândia; feijão que tínhamos trazido do Chile; carne que tínhamos trazido da Argentina e milho que tínhamos trazido dos Estados Unidos. Se estivesse comendo macarrão, seria do trigo que tínhamos trazido do Canadá e dos Estados Unidos. Ou seja, o prato do trabalhador brasileiro era basicamente formado de produtos importados. Era como se estivesse consumindo o caviar e o champânhe, porque tinha de ser pago em dólares, efetivamente. Isto levou o Governo a uma política de grande ênfase no setor agrícola, e a agricultura respondeu bem. Felizmente, a resposta foi bastante boa. Hoje, as pessoas perguntam: "Onde está a grande safra?" A grande safra está aí. Só que, como nós não tínhamos estoque de passagem, ela teve um efeito menor do que teria tido em condições normais.

Mas estamos trabalhando este ano para repetir isto e para os senhores terem uma idéia clara deste esforço, se os senhores pegarem o arroz, verão que tivemos um aumento de 35% sobre a média dos últimos cinco anos e a variação do ano foi de 30%; no feijão, tivemos menos sucesso, a despeito de termos ampliado violentamente a área plantada, porque, de novo, primeiro uma seca nos pegou e, depois, tivemos um excesso de água e ficamos fortemente prejudicados. Mas no milho tivemos uma safra de 45% superior à média e 26% superior à do ano passado; na soja, tivemos uma safra 215% superior à média e 52% superior à

## PROJEÇÃO DE SAFRA DE PRODUTOS SELECIONADOS

PRODUTO	QUANTIDADE EM 1000 t			Variação %	
	1974-1979 (Média)	1979	1980 (Projeção)	1980 Média (74/79)	1980/1979
Algodão em caroço	1,624	1,600	1,750	7,8	9,4
Amendoim em casca	410	460	500	22,0	9,0
Arroz em casca	8,260	7,600	9,850	18,6	29,6
Batata inglesa	1,922	2,150	1,900	-1,1	-11,6
Cana-de-açúcar	116,000	138,000	150,000	29,3	8,7
Feijão -	2,150	2,200	2,250	4,7	2,3
Mandioca	25,500	25,000	25,300	-0,8	1,2
Milho em grão	16,740	16,500	20,300	21,3	23,0
Soja	10,600	10,000	15,150	42,9	51,5
Tomate	1,290	1,500	1,600	24,0	7,0
Cebola	489	691	700	43,1	1,3

FONTE: FIBGE

do ano passado. É assim nos outros produtos que têm menos importância, como o amendoim, com 9% de aumento; o cacau, com, 10%; o algodão, com 9,4%.

A Agricultura realmente respondeu aos estímulos do Governo, mas nós tínhamos comido de tal forma os nossos estoques, que o efeito foi pouco sensível. *Este ano vamos repetir o esforço para continuar a ampliar a área plantada e voltar a ter algum estoque, o que nos vai ajudar fortemente na política de combate à inflação.*

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores que estes são fatos físicos insuperáveis e não há truques que dêem conta disto. Nós ainda temos uma escassez de alimentos que só terminará realmente com duas ou três safras abundantes que permitam restabelecer um estoque de

passagem da ordem de 20 a 25% do consumo.

Os senhores imaginem o que seria trabalhar nas suas próprias Forças sem estoque. Quer dizer: a Aeronáutica não tem estoque de gasolina; só tem para o dia. É impossível, realmente, fazer funcionar o sistema. E, no sistema econômico, é exatamente a mesma coisa, a dificuldade de funcionamento é imensa.

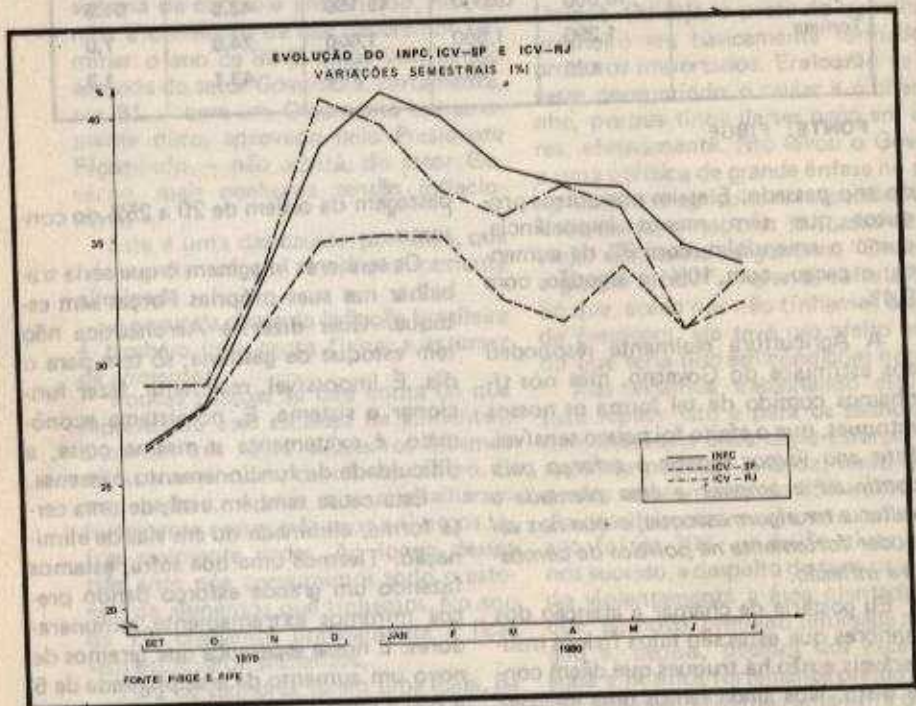
Esta causa também está, de uma certa forma, eliminada ou em vias de eliminação. Tivemos uma boa safra, estamos fazendo um grande esforço dando preços mínimos extremamente remuneradores. É nossa esperança que teremos de novo um aumento da área plantada de 5 a 6%, e repetiremos a safra de 80, na minha opinião com um pequeno acréscimo, o que vai, a pouco e pouco, restabelecendo aquele estoque.

A terceira causa da inflação brasileira — esta é uma causa sobre a qual as pessoas não gostam de conversar — foi um certo desarranjo da política salarial.

A política salarial foi perdida, as reivindicações se acumularam e realmente passamos três anos praticamente sem uma política salarial ou com uma política salarial muito frouxa. Algumas pessoas dizem que existia um arrocho salarial e eu sinto que, de vez em quando, o próprio Governo ficou um pouco envergonhado na sua defesa, imaginando que o desenvolvimento econômico ocorrido no passado foi à custa de salários, o que é um absurdo. *O mercado interno brasileiro cresceu de forma surpreenden-*

*te durante todo o processo de desenvolvimento e quem consumiu os produtos que nós produzimos fomos nós mesmos.* De forma que, o certo é que durante todo o período de expansão o salário real cresceu 3 ou 4% ao ano e o nível de emprego cresceu também 3 ou 4% ao ano. A partir daí, as tensões, as reivindicações cresceram de forma muito forte e isto realmente empurrou os preços um pouco.

Em novembro de 79 fomos ao Congresso e conseguimos uma lei salarial que ainda apresenta algumas dificuldades, principalmente no nível de salários mais altos. Mas ela começou a funcionar.



No gráfico acima, nós temos o INPC, isto é, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A curva cheia, que começa

em setembro do ano passado até o estabelecimento da lei, em novembro, passou por um pico em fevereiro e vem de-

EVOLUÇÃO DA VARIAÇÃO SEMESTRAL DOS ÍNDICES DE CUSTO-DE-VIDA EM  
COMPARAÇÃO COM AS TAXAS DE REAJUSTES SALARIAIS (SEM ACRÉSCIMO DE PRODUTIVIDADE)  
Em %

PERÍODO A QUE SE REFERE A VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE CUSTO-DE-VIDA	MÊS DE REFERÊNCIA	ICV-RJ (FGV)	ICV-80 (FIPE)	TAXAS DE REAJUSTE SALARIAL SEMESTRAL			
				ATÉ 3 SM	DE 3 A 11,5 SM	DE 11,5 A 20 SM	ACIMA DE 20 SM
Abril a Set/79	Nov/79	29,1	26,4	29,3	29,3 a 26,6	26,6 a 24,3	24,3 a 21,9
Mai a Out/79	Dez/79	29,0	28,1	31,0	31,0 a 28,2	28,2 a 25,8	25,8 a 23,2
Jun a Nov/79	Jan/80	33,7	31,4	36,5	36,5 a 33,2	33,2 a 30,4	30,4 a 27,3
Jul a Dez/79	Fev/80	40,7	34,8	42,6	42,0 a 38,7	38,7 a 35,4	35,4 a 31,9
Ago/79 a Jan/80	Mar/80	39,7	35,0	45,0	45,0 a 40,9	40,9 a 37,4	37,4 a 33,7
Set/79 a Fev/80	Abr/80	36,8	34,9	43,9	43,9 a 39,9	38,9 a 36,5	36,5 a 32,8
Out/79 a Mar/80	Mai/80	35,8	32,3	41,5	41,5 a 37,7	37,7 a 34,5	34,5 a 31,0
Nov/79 a Abr/80	Jun/80	36,9	31,3	40,7	40,7 a 37,0	37,0 a 33,9	33,9 a 30,5
Dez/79 a Mai/80	Jul/80	36,0	33,5	40,5	40,5 a 36,8	36,8 a 33,7	33,7 a 30,3
Jan/80 a Jun/80	Ago/80	31,0	31,0	37,8	37,8 a 34,4	34,4 a 31,5	31,5 a 28,3
Fev/80 a Jul/80	Set/80	33,2	31,9	36,8	36,8 a 33,5	33,5 a 30,7	30,7 a 27,6

FONTE: FIPE, FGV e FIBGE.

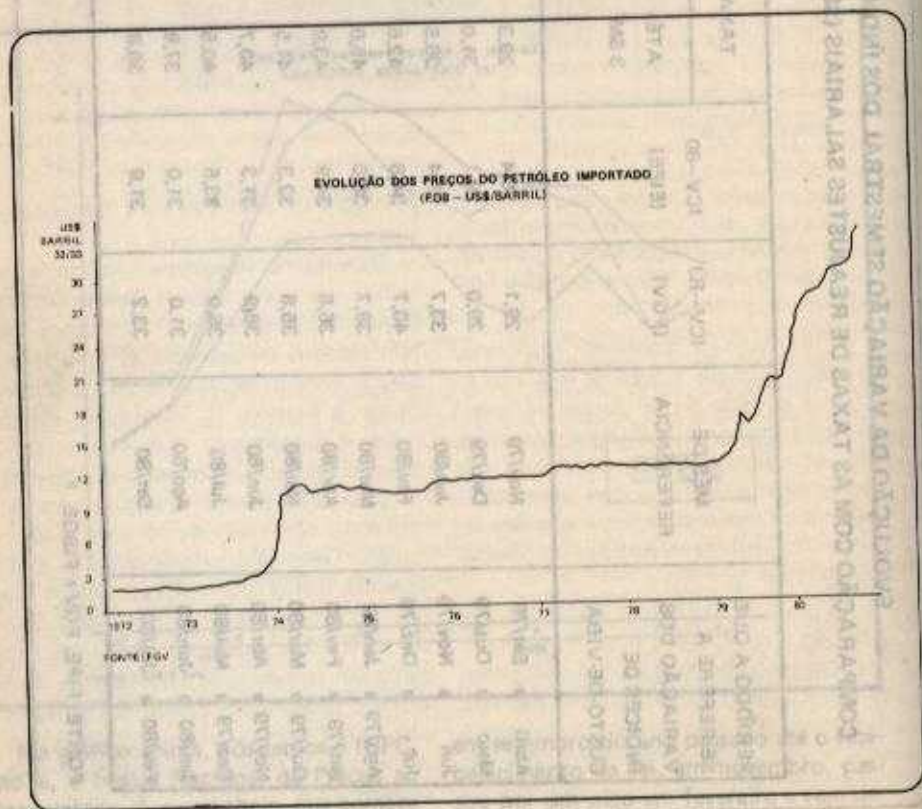
crescendo lentamente — mas vem decrescendo — o que significa que também esta causa está entrando no controle.

Nós temos ainda uma pequena dificuldade, que são os altos salários. Essa dificuldade é sensível nas empresas do Governo. Nós estamos vendo que o funcionamento da lei, para o pessoal de alto salário, está produzindo realmente níveis salariais incompatíveis com a remuneração que as empresas podem obter.

Se os senhores tomarem hoje as empresas de energia elétrica, verão que o crescimento da folha é muito mais rápido do que o crescimento da receita. Não porque a receita esteja crescendo pouco. Não. A verdade é que aumenta-

mos a receita este ano — aumentamos a tarifa de setembro de 79 a setembro de 80 em 120% — e, no entanto, as empresas estão "fazendo água". Por que? Porque a aplicação da lei, para o pessoal de salário mais alto, tem-se revelado um pouco difícil.

Na tabela 3, os senhores têm os reajustes semestrais acima de 20 salários mínimos, sem qualquer indicador de produtividade. E estamos obtendo, aí, coisa parecida com 31% a 28% por semestre, o que realmente está elevando o nível de salários a coisas que soam absurdas. Todos os senhores conhecem o caso, no setor financeiro, de um chefe-de-gabinete de um presidente de uma





instituição, que ganhava 312 mil cruzeiros por mês, mais do que o próprio presidente da instituição e mais do que o Presidente da República. Nós sabemos que alguma coisa tem de estar errada. Isto não pode ser verdade ou não poderia ser verdade. É exatamente por isso que estamos propondo uma mudança da lei salarial nestes níveis mais altos. E é nossa esperança, se o Congresso aprovar essa sugestão do Governo, que submeteremos também essa causa a controle.

Finalmente, a quarta causa da inflação — a primeira, excesso de despesas do Governo; a segunda, escassez de alimentos; a terceira, um certo desarranjo da política salarial — a quarta causa da inflação, a coisa realmente fundamental, que produziu todo esse desequilíbrio, é o preço do petróleo.

Os senhores têm, portanto, uma visão dos preços do petróleo. Em 72/73, nós pagávamos o petróleo a 1,87 dólar o barril. No fim do Governo Médici, estávamos pagando 2 dólares o barril. No começo do Governo Geisel houve uma aceleração rápida e o preço do petróleo passou para 10 dólares o barril. Este foi o primeiro choque, um choque muito importante, que desequilibrou toda a economia, um choque que, vamos ver, causou problemas gravíssimos em nosso balanço de pagamentos, mas que a economia foi absorvendo. Ao longo dos cinco anos em que o preço do petróleo permaneceu relativamente estável — de 74 a 79, o preço do petróleo passou de 10 para 12 dólares o barril. Era como se tivesse sido estabelecida uma certa lógica no mercado mundial, como se os produtores de petróleo tivessem compreendido que tinham produzido um desequilíbrio extremamente grande na economia e que não poderiam continuar a fazê-lo.

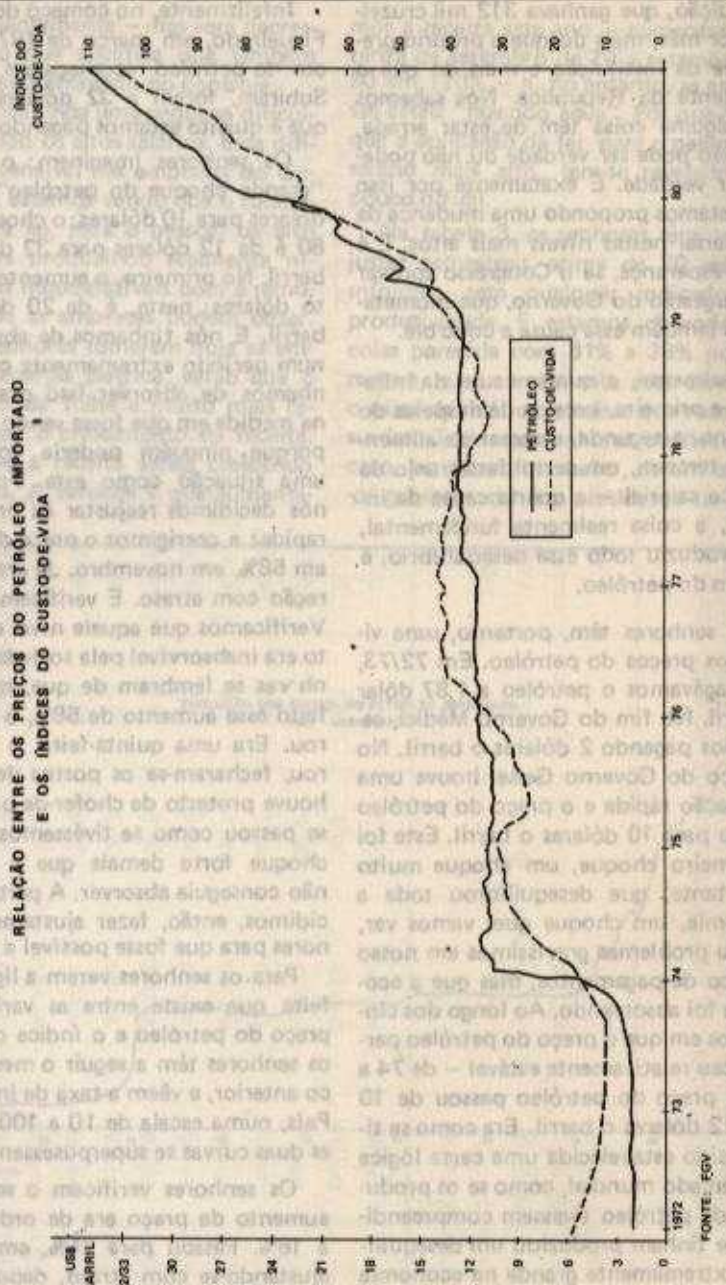
Infelizmente, no começo do Governo Figueiredo, em março de 1979, os preços do petróleo começaram a crescer. Subiram, foram a 32 dólares o barril, que é quanto estamos pagando hoje.

Os senhores imaginem: o chamado "grande choque do petróleo" foi de 2 dólares para 10 dólares; o choque de 79/80 é de 12 dólares para 32 dólares por barril. No primeiro, o aumento foi de oito dólares; neste, é de 20 dólares por barril. E nós tínhamos de absorver isto num período extremamente curto — tínhamos de absorver isso praticamente na medida em que fosse sendo realizado, porque ninguém poderia contar com uma situação como esta. Foi quando nós decidimos reajustar os preços com rapidez e corrigimos o preço da gasolina em 58%, em novembro. Já era uma correção com atraso. E verificamos o que? Verificamos que aquele nível de aumento era inabsorvível pela sociedade. Os senhores se lembram de que, quando foi feito esse aumento de 58%, o Brasil parou. Era uma quinta-feira, o Brasil parou, fecharam-se os postos de gasolina, houve protesto de chofer-de-praça, tudo se passou como se tivéssemos dado um choque forte demais que a sociedade não conseguia absorver. A partir daí, decidimos, então, fazer ajustamentos menores para que fosse possível a absorção.

Para os senhores verem a ligação perfeita que existe entre as variações do preço do petróleo e o índice de preços, os senhores têm a seguir o mesmo gráfico anterior, e vêem a taxa de inflação do País, numa escala de 10 a 100 para que as duas curvas se superpusessem.

Os senhores verificam o seguinte: o aumento de preço era da ordem de 17 a 18%. Passou para 15%, em 73; veio ajustando-se com atraso, depois permaneceu estável praticamente os cinco

RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DO PETRÓLEO IMPORTADO E OS ÍNDICES DO CUSTO-DE-VIDA



1972 FONTE: EGV

anos, e agora passou a se ajustar com rapidez.

Os senhores vêem o paralelismo entre as duas curvas, o que mostra que não se trata de nenhum acidente. Trata-se, realmente, de uma relação funcional, de uma relação em que o preço externo do petróleo empurrou o preço interno de uma forma que não se pôde reprimir.

Algumas pessoas imaginam que o Governo poderia fazer diferente, que o Governo poderia não transferir para o mercado interno esses aumentos de preços. Isso é rigorosamente impossível, porque o Governo não cria recursos. O Governo simplesmente transfere recursos de um setor para outro. Fazendo essa transferência, o Governo ainda acumulou um déficit na conta "petróleo", da ordem de 100 bilhões de cruzeiros, déficit que este mês se estabilizou e que daqui para a frente continuará constante.

Mas, a respeito da inflação, criou-se no Brasil um truque estatístico: *inventou-se a moda de medir a inflação dos últimos doze meses, abandonando-se o acompanhamento habitual das taxas de inflação do ano em curso.*

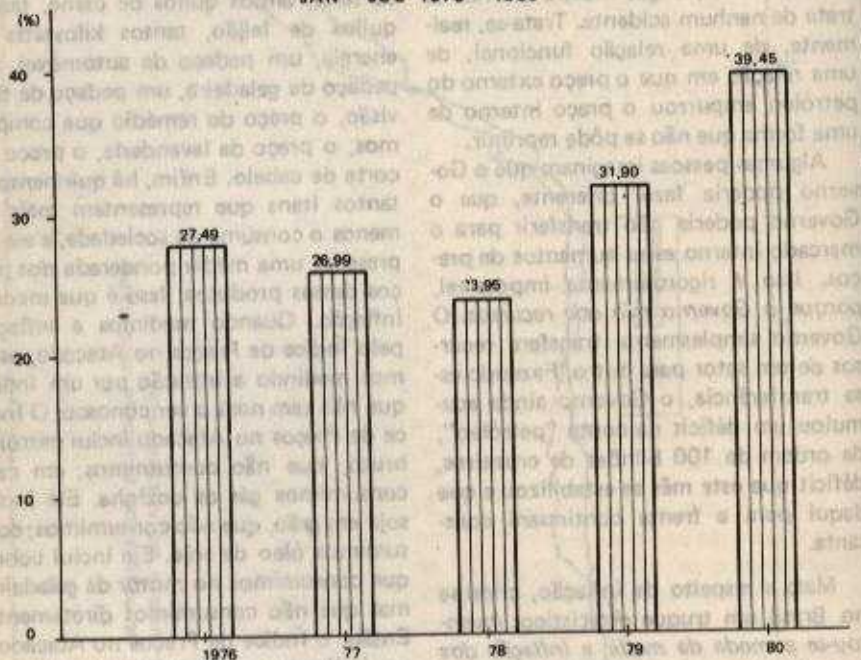
Quando se imaginava que a inflação estava chegando aos 100%, sempre "nos últimos doze meses", o Brasil todo passou a apostar nos 100%, as pessoas ficavam esperando o dia em que ela chegasse aos 100%. Gostaria de gastar dois minutos com os senhores para mostrar que aqui estamos envolvidos num certo truque estatístico, porque cada um usa a estatística da forma que lhe convém. Eu a estou usando de uma forma, a Oposição usa de outra forma, mas existem algumas formas que são melhores do que outras. A inflação se mede realmente pelo índice do custo-de-vida. *O Índice do custo-de-vida representa, realmente,*

*uma espécie de média do que nós consumimos com a nossa família todos os meses: tantos quilos de pão, tantos quilos de leite, tantos quilos de carne, tantos quilos de feijão, tantos kilowatts de energia, um pedaço de automóvel, um pedaço de geladeira, um pedaço de televisão, o preço do remédio que compramos, o preço da lavanderia, o preço do corte de cabelo. Enfim, há quinhentos e tantos itens que representam mais ou menos o consumo da sociedade, e ele representa uma média ponderada dos preços desses produtos. Isso é que mede a inflação. Quando medimos a inflação pelo Índice de Preços no Atacado, estamos medindo a inflação por um índice que não tem nada a ver conosco. O Índice de Preços no Atacado inclui petróleo bruto, que não consumimos; em casa consumimos gás de cozinha. Ele inclui soja em grão, que não consumimos; consumimos óleo de soja. Ele inclui cobre, que consumimos no motor da geladeira, mas que não consumimos diretamente. Então, o Índice de Preços no Atacado é um indicador muito inadequado da tensão inflacionária. Se os senhores tomarem realmente o custo-de-vida, vão ver o seguinte: que a despeito de toda aquela pressão existente, o custo-de-vida subiu, nos primeiros sete meses do ano passado, 32%, e que subiu, nos primeiros sete meses deste ano, 40%. Esta é que é realmente a diferença da taxa de inflação entre 79 e 80. E, se quiserem, entre a média anterior, que é uma média da ordem de 25%, esta é que mede a diferença produzida pelo segundo choque do petróleo... Por que eu disse que a inflação de 100% é um truque? Podemos verificar isso por um outro truque que eu preparei aqui.*

Eu tenho o índice de preços e o índice do custo-de-vida mensal. Eu acumu-

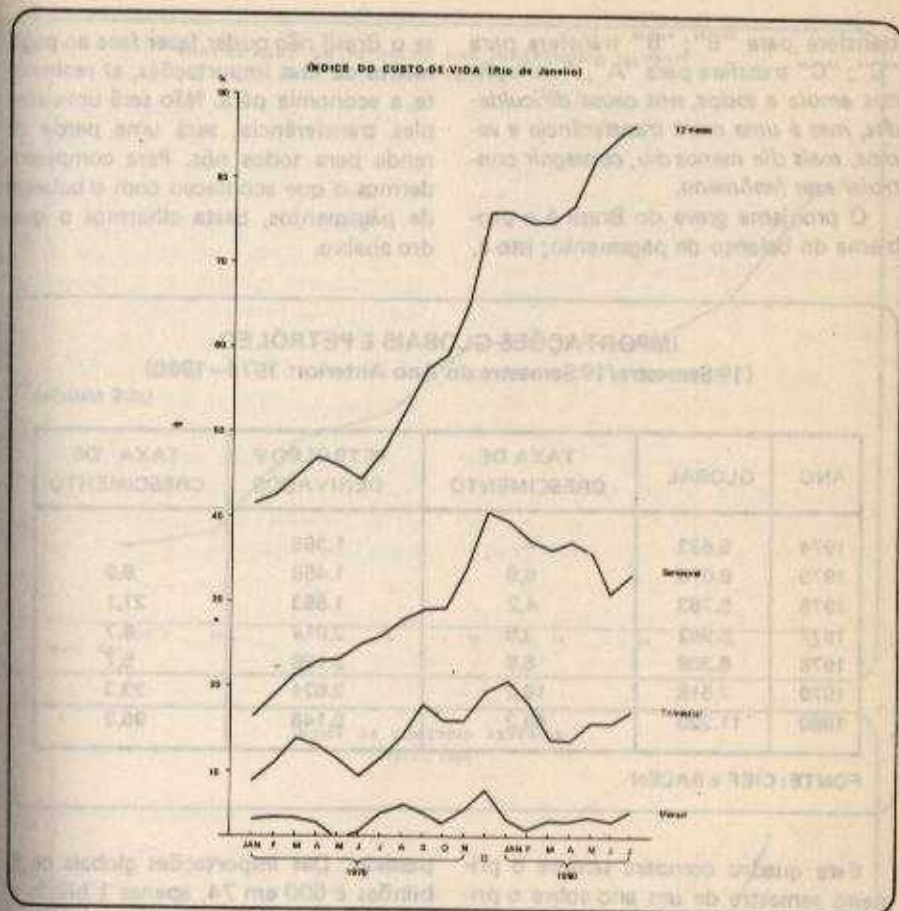
## CUSTO-DE-VIDA / (Rio de Janeiro)

JAN - JUL 1976 - 1980



lo o trimestral — é claro que multiplico pelo fator 3. Acumulo o semestral — e multiplico pelo fator 6. E temos a curva dos últimos doze meses, que é aquele mesmo indicador multiplicado pelo fator 12. Se eu estivesse na Oposição, calcularia a inflação dos últimos 24 meses, o que daria 200 e tantos por cento; dos últimos 36 meses, daria muito mais. Não há nenhuma razão para se parar em algum período, mas há alguns períodos que são mais convenientes do que outros. O ano, digamos, é uma convenção gregoriana e todo o Mundo usa o ano

como referência. Mas, quando introduzimos a correção semestral de salários, introduzimos um novo módulo de medida. Tudo se passa como se o ano rodasse duas vezes: cada seis meses o ano roda inteiro. Só para nós, que somos funcionários públicos da Administração Direta, é que o ano roda uma vez por ano; para todo o resto do Brasil roda duas vezes por ano. A medida, portanto, da taxa de inflação, da tendência inflacionária, é o semestre, a inflação corrida nos últimos seis meses, e essa, se os senhores verificarem, realmente passou por



um máximo em novembro — que corresponde àquele máximo que vimos do INPC — e daí para a frente ela tem tido uma queda discreta, vem diminuindo discretamente. A inflação, medida por semestre, é hoje da ordem de 33%, quando era, em dezembro, da ordem de 41%. É uma tendência muito discreta, que também está revelada por uma variação da taxa de crescimento, mas aqui ela é bastante visível. A medida, portanto, da inflação, é a medida da inflação dentro do ano e medida pelo índice do

custo-de-vida. Desse ponto-de-vista nós podemos dizer o seguinte: no ano passado, a inflação cresceu 32% e este ano cresceu 40%, com o fato de que praticamente absorvemos todo o aumento de preços do petróleo.

Passemos agora a discutir todo o aumento que temos de resolver, que é o problema do balanço de pagamentos. Esse é um problema extremamente delicado. Esse, sim, é que é um problema sério, porque a inflação acaba sendo uma transferência entre nós: "A" ganha,

transfere para "B"; "B" transfere para "C"; "C" transfere para "A". *A inflação nos amola a todos, nos causa dificuldades, mas é uma mera transferência e vamos, mais dia menos dia, conseguir controlar esse fenômeno.*

O problema grave do Brasil é o problema do balanço de pagamento; isto é,

se o Brasil não puder fazer face ao pagamento de suas importações, aí realmente a economia pára. Não será uma simples transferência, será uma perda de renda para todos nós. Para compreendermos o que aconteceu com o balanço de pagamentos, basta olharmos o quadro abaixo.

**IMPORTAÇÕES GLOBAIS E PETRÓLEO**  
(1º Semestre/1º Semestre do Ano Anterior: 1974-1980)

US\$ Milhões

ANO	GLOBAL	TAXA DE CRESCIMENTO	PETRÓLEO E DERIVADOS	TAXA DE CRESCIMENTO
1974	5.632	-	1.365	-
1975	6.018	6,9	1.458	6,8
1976	5.763	4,2	1.853	27,1
1977	5.962	3,5	2.014	8,7
1978	6.308	5,8	2.128	5,7
1979	7.518	19,2	2.624	23,3
1980	11.220	49,2	5.148	96,2

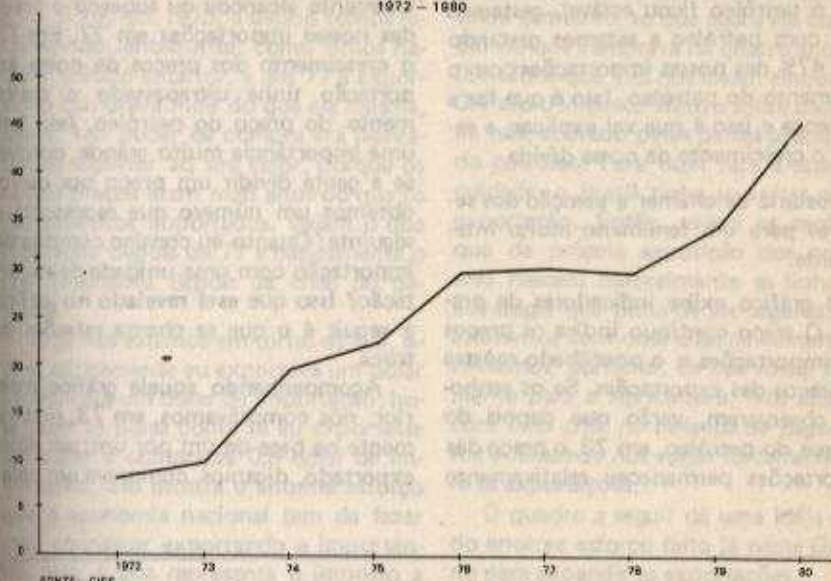
FONTE: CIEF e BACEN

Este quadro compara sempre o primeiro semestre de um ano sobre o primeiro semestre do ano anterior, porque eu queria dar para os senhores os últimos números, os mais recentes.

As importações totais cresceram 49% entre o primeiro semestre de 79 e o segundo semestre de 80. Mas as importações de petróleo cresceram 96%. Isto dá uma idéia da pressão que a importação de petróleo exerce sobre o total de nossas importações. Vejam que da metade das nossas importações — 5 bilhões e 100 milhões de dólares, contra uma importação de 11,2 — praticamente metade, 45%, foram gastos com petróleo. Este era um número muito diferente no

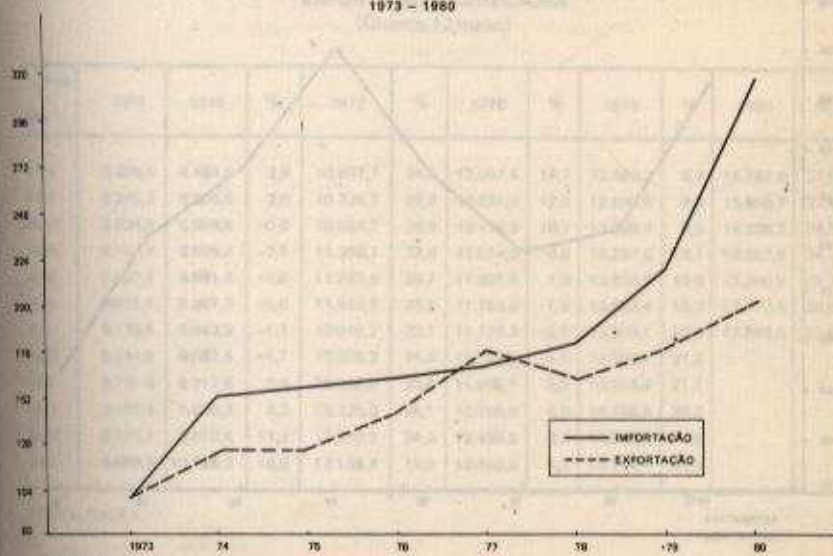
passado. Das importações globais de 5 bilhões e 600 em 74, apenas 1 bilhão e 400 milhões eram gastos com petróleo, ou seja, qualquer coisa parecida com 20%. Isto mostra que o petróleo foi pressionando o balanço de pagamentos de uma forma muito significativa. Agora vejam o que aconteceu: o petróleo permaneceu relativamente estável nesse período, como vimos naquele gráfico, tendo até, no ano de 77, com o grande aumento de nossas exportações, diminuído a sua percentagem no balanço de pagamentos. Mas notem o que aconteceu em 79-80: o dispêndio com petróleo dobrou entre o primeiro semestre de 79 e o primeiro semestre de 80.

PARTICIPAÇÃO DO PETRÓLEO NAS IMPORTAÇÕES GLOBAIS  
1972 - 1980



FONTE: CIEF

ÍNDICE DE COMÉRCIO EXTERIOR  
1973 - 1980



FONTE: FGV

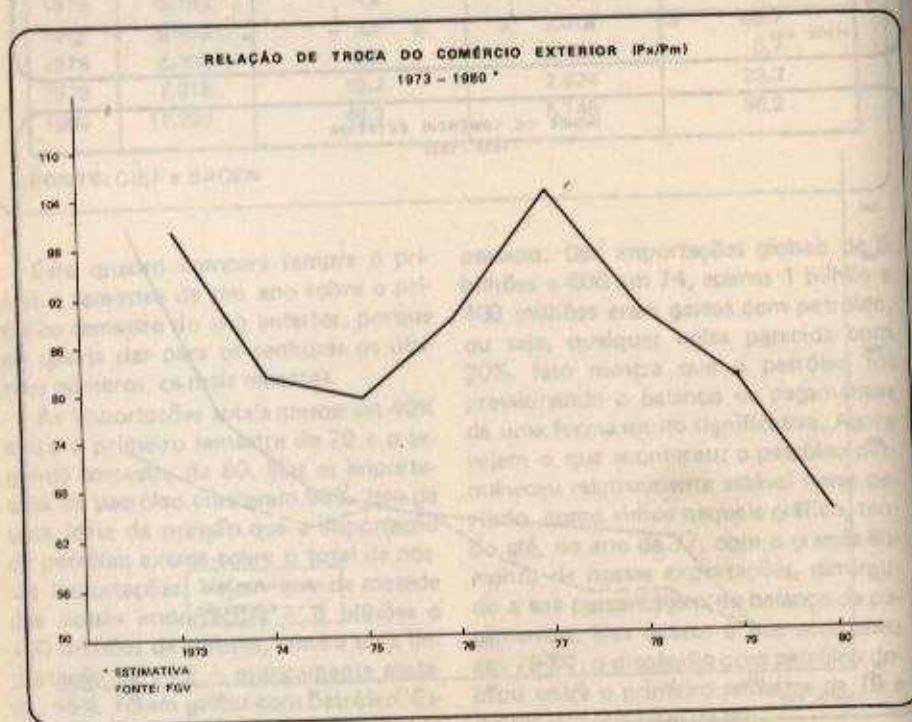
Em 72, gastávamos 8% das nossas importações com petróleo; nos anos em que o petróleo ficou estável, gastamos 30% com petróleo e estamos gastando hoje 47% das nossas importações com o pagamento do petróleo. Isso é que faz a diferença e isso é que vai explicar, a seguir, o crescimento da nossa dívida.

Gostaria de chamar a atenção dos senhores para um fenômeno muito interessante.

O gráfico exibe indicadores de preços. O traço contínuo indica os preços das importações e o pontilhado mostra os preços das exportações. Se os senhores observarem, verão que depois do choque do petróleo, em 73, o preço das importações permaneceu relativamente

estável, mas, em compensação, o preço dos nossos produtos foi crescendo e praticamente alcançou ou superou o preço das nossas importações em 77. Em 77, o crescimento dos preços de nossa exportação tinha ultrapassado o crescimento do preço do petróleo. Isso tem uma importância muito grande, porque, se a gente dividir um preço por outro, obtemos um número que representa o seguinte: Quanto eu consigo comprar de importação com uma unidade de exportação? Isso que está revelado no gráfico a seguir é o que se chama relações de troca.

Acompanhando aquele gráfico anterior, nós comprávamos, em 73, praticamente na base de um por um: um dólar exportado, digamos, comprava um dólar





importado. Com a crise do petróleo, a relação piorou: nós passamos para 0,8, 0,78, 0,76, em 1975, e depois fomos recuperando lentamente, como vimos naquele gráfico anterior, e em 77 a exportação comprava mais do que ela mesma, isto é, seu poder de compra era ligeiramente superior ao seu valor, porque os nossos preços eram mais altos do que os dos produtos importados. Vejam o que aconteceu depois de 77 e basicamente o que aconteceu depois da crise do petróleo.

Hoje nós estamos em torno de 0,6, isto é, antigamente eu exportava um dólar e comprava um dólar de importação; hoje tudo se passa como se eu exportasse um dólar e comprasse 0,6 dólar de importação. Isso mostra o enorme esforço que a economia nacional tem de fazer para continuar exportando e importando. Isso é que representa o imposto a

que me referi no início da palestra. O esforço para cada unidade exportada continua o mesmo, só que agora ela compra 0,6 do que comprava há quatro anos. Os 0,4 são o que eles nos levam embora, os 0,4 são o imposto efetivo sobre cada um de nós, cobrado pelos países produtores do petróleo. Para fazer face a essa dificuldade, o Brasil tinha se voltar para a exportação. Então, vejam os senhores que da própria exposição dos problemas nascem naturalmente as linhas da estratégia que tinha de ser seguida. *Nós estávamos com uma crise de alimentos e tínhamos, portanto, de nos voltar fortemente para a Agricultura. Nós estamos com uma crise no balanço de pagamentos e temos de nos voltar fortemente para as exportações.*

O quadro a seguir dá uma idéia clara do enorme esforço feito já neste Governo para expandir as exportações.

## EXPORTAÇÕES AGREGADAS

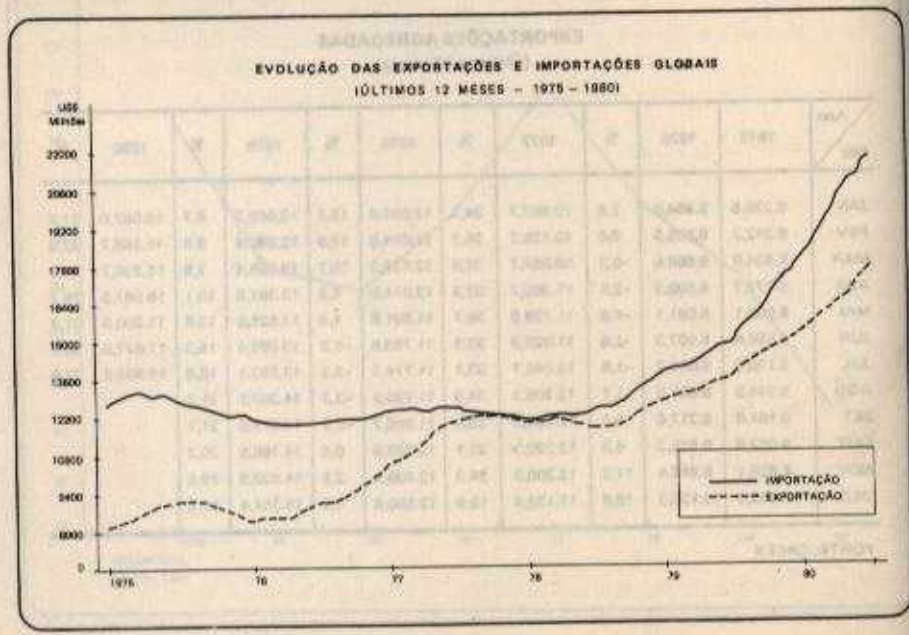
(Últimos 12 meses)

Ano Mês	1975	1976	%	1977	%	1978	%	1979	%	1980	%
	JAN	8.236,5	8.454,0	2,6	10.507,7	24,3	12.057,4	14,7	12.860,2	6,7	15.557,0
FEV	8.342,2	8.505,5	2,0	10.735,2	26,2	12.024,9	12,0	12.990,6	8,0	15.955,7	22,8
MAR	8.534,9	8.508,6	-0,3	10.964,7	28,9	12.134,3	10,7	13.088,4	7,9	16.236,7	24,0
ABR	8.727,7	8.509,3	-2,5	11.300,7	32,8	12.074,0	6,8	13.287,5	10,1	16.567,5	24,7
MAI	8.937,1	8.581,1	-4,0	11.729,5	36,7	11.901,5	1,5	13.525,0	13,6	17.200,9	27,2
JUN	9.056,6	8.907,3	-1,6	11.923,9	33,9	11.783,8	-1,2	13.592,4	15,3	17.677,5	30,0
JUL	9.178,5	9.043,2	-1,5	12.040,7	33,1	11.774,3	-2,2	13.993,1	18,8	17.892,5	27,9
AGO	9.244,9	9.087,5	-1,7	12.205,2	34,3	11.799,9	-3,3	14.303,1	21,2		
SET	9.161,6	9.217,6	0,6	12.262,8	33,0	11.985,7	-2,3	14.515,9	21,1		
OUT	9.052,8	9.536,3	5,3	12.220,3	28,1	12.289,8	0,6	14.766,5	20,2		
NOV	8.826,1	9.818,4	11,2	12.200,2	24,3	12.499,9	2,5	14.932,5	19,5		
DEZ	8.669,9	10.128,3	16,8	12.139,4	19,9	12.650,6	4,2	15.244,4	20,5		

FONTE: CACEX

Os senhores vêem na coluna relativa a 78 a exportação acumulada de 12 meses. Os senhores vêem que em 78 a nossa exportação vinha realmente caindo; permaneceu praticamente estável; no final de 1979 nós estávamos realmente com grandes dificuldades: fizemos a correção cambial — e este é um ponto importante, porque algumas pessoas acreditam que fizemos a correção cambial porque gostamos de fazer festa. Outras pessoas imaginam que o Governo desvalorizou o cruzeiro simplesmente porque é elegante fazer uma desvalorização. Desvalorizou o cruzeiro porque era o único caminho que havia à disposição do Governo para mobilizar a economia na direção das exportações. O quadro mostra os efeitos dessa política. Em fins de 79 estamos com uma taxa de crescimento de 20%. Em 1980 a taxa começa a crescer e terminamos julho com um crescimento total das exportações da ordem de 28%.

Isso significa um violentíssimo esforço da economia brasileira. E por que? Porque, primeiro, vimos que nossas relações de troca estão piorando, isto é, nossos preços estão crescendo muito menos do que os preços dos produtos que importamos. Segundo, o Mundo está realmente numa recessão e para Você exportar, Você tem que brigar muito mais fortemente com os seus competidores. No gráfico estão as importações e as exportações — mostra o buraco que se criou em 75, 76, mostra que em 77, graças ao aumento de preços dos produtos brasileiros exportados, nós equilibramos o balanço e, a partir daí, a diferença foi crescendo. Hoje a nossa esperança é de que já se esteja estabilizando. As indicações são de que realmente as importações tendem para uma estabilização; tanto quanto se pode saber, os preços do petróleo não deverão mudar de forma violenta nos próximos dez ou 12 me-



## BRASIL: INDICADORES PARA O SETOR EXTERNO

1973/1980

INDICADORES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
PIB (US\$ Bilhões)	81,3	106,0	124,2	146,2	166,4	191,0	205,5
Exportações, F.O.B. (US\$ Bilhões)	6,2	8,0	8,7	10,1	12,1	12,7	15,2
Importações, F.O.B. (US\$ Bilhões)	6,2	12,6	12,2	12,3	12,0	13,7	18,0
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	0,0	-4,6	-3,5	-2,2	+0,1	-1,0	-2,7
Déficit em Conta- -Corrente do Balanço de Pagamentos (US\$ Bilhões)	-1,9	-7,1	-6,7	-6,0	-4,0	-5,9	-10,5
Dívida Externa Bruta (US\$ Bilhões)	12,6	17,2	21,2	26,0	32,0	43,5	49,9
Reservas (US\$ Bilhões)	6,4	5,3	4,1	6,6	7,2	11,9	9,7
Dívida Externa Líquida (US\$ Bilhões)	6,2	11,9	17,1	19,4	24,8	31,6	40,2
Serviço da Dívida (US\$ Bilhões)	2,6	2,6	3,7	4,8	6,2	8,0	10,6

FONTE: Relatórios do Banco Central do Brasil

ses, o que significa que a curva da importação deverá inclinar-se um pouco, e a curva da exportação continuará subindo; é a nossa esperança terminar o ano com um déficit na balança comercial da ordem de 1 bilhão de dólares e, se realmente os preços do petróleo não subirem por um período de dez — 12 meses, não tenho dúvida de que iremos ao equilíbrio da balança comercial.

Os indicadores para o setor externo mostram, acima, a posição a que fomos levados exatamente por esse comportamento do mercado exterior, por essa violenta elevação do preço do petróleo. Nós, em 73, tínhamos uma dívida de 12,6 bilhões de dólares; tínhamos reser-

vas de 6,4 bilhões de dólares e a dívida líquida era 6,2 bilhões de dólares. Vejam os senhores a relação: nós produzíamos 81 bilhões de dólares, isto é, bastavam 8% da produção de um ano para pagar toda a dívida externa, porque tínhamos 6,4 de reserva, a dívida líquida era 6,2 e nós poderíamos, com 8% do Produto, liquidá-la. Isso mostra que a situação era extremamente folgada, nós tínhamos realmente os melhores indicadores mundiais, não por virtude da política, mas simplesmente porque o Brasil tinha aproveitado um período em que o mercado externo estava crescendo, estava deslançando e aumentou as suas exportações.

Agora vejam o que aconteceu em 74, com a crise do petróleo: a dívida líquida saltou de 6 para 12, depois para 17, para 19, para 24, para 31, e, no ano passado, para 40. A dívida bruta é de 50 bilhões de dólares. Nós passamos de 12 para 50 bilhões de dólares. E o interessante é lembrar o seguinte: de Pedro Álvares Cabral a 1973, acumulamos 12 milhões de dólares de dívida. Depois, com a crise do petróleo, em apenas cinco anos nós acumulamos 50 bilhões de dólares de dívida, ou seja, 38 bilhões de dólares a mais. *O que é importante compreender é que essa dívida é grande, mas ela é muito bem administrada e não tem causado nenhum problema.* Estou convencido de que foi a política mais correta que nós adotamos. Pois se o mundo externo estava disposto a financiar o aumento dos nossos investimentos, não havia nenhuma razão para deixarmos de aproveitar esse fato. Se, no governo anterior, desejássemos impedir o crescimento dessa dívida, deveríamos ter feito uma enorme recessão, deveríamos ter feito uma redução da taxa de crescimento do Produto. E para beneficiar quem? Isso é que é preciso compreender, porque as

pessoas imaginam que essa dívida não tem sentido, que 50 bilhões de dólares foram jogados no lixo. Não. Essa dívida hoje é o Pólo Petroquímico de Camaçari, é todo o programa siderúrgico que está terminando, é o programa de Itaipu que está terminando, é um pedaço de Tucuruí, é um pedaço da Ferrovia do Aço, é um pedaço do plano de produção de energia elétrica por meios atômicos. A contrapartida desta dívida são os investimentos que estão aqui hoje, alguns operando, outros ainda por operar, mas são investimentos que vão produzir seus rendimentos. Não há nenhum mal nessa dívida, não haverá nenhuma dificuldade em pagá-la, se as condições mundiais continuarem como estão.

Fizemos um quadro para mostrar para os senhores que as pessoas tendem a magnificar o efeito da dívida: dever 50 bilhões de dólares dá a impressão de que se está devendo a alma. Não há nada disso. Nós estamos devendo realmente um quarto do que estamos produzindo por ano. Esta é que é a magnitude da dívida. Mas olhem a magnitude da dívida de outros países com relação ao produto.

**RELAÇÃO ENTRE DÍVIDA EXTERNA  
E PRODUTO INTERNO BRUTO - 1979**

PAÍSES	DÍVIDA/PIB EM %
Brasil	25
Argentina	14
Chile	42
Colômbia	22
Dinamarca	38
Suécia	21
Finlândia	32
Nova Zelândia	32
México	32
Venezuela	46
Noruega	63
Indonésia	34

Produtores  
de  
Petróleo

A Argentina está numa posição favorável hoje. Os demais países têm as seguintes posições, em relação aos respectivos PIB: o Chile, 42; a Colômbia, 22; a Dinamarca, 38; a Suécia, 21; a Finlândia, 32; Nova Zelândia, 32. E os países produtores de petróleo têm, todos eles, índices maiores do que o Brasil: o México, 32; Venezuela, 46; Noruega, 63; Indonésia, 34. O que nós nos deveríamos perguntar era o seguinte: por que os países produtores de petróleo têm uma dívida superior a do Brasil? Por uma razão óbvia: é que sendo produtores de petróleo eles têm crédito. Então, além de exportar petróleo, eles ainda tomam emprestado, porque há disponibilidade de recursos. Eles estão fazendo realmente a política mais inteligente possível: exportando muito e tomando muito emprestado. Isso significa poupança externa que eles estão internando em seus países e realizando seu desenvolvimento econômico. É claro que o Brasil não pode chegar a esses níveis simplesmente porque não tem quem empreste. Não é porque seja errado, não; é simplesmente porque passaríamos dos limites de segurança. *Mas é absolutamente correto utilizar a poupança externa para realizar o desenvolvimento interno, desde que se invista adequadamente e desde que se tenha a confiança de que a expansão das exportações vai gerar os recursos necessários para pagamento dessa dívida.*

Com isso expusemos os problemas e chegamos às duas linhas de ação do Governo. De um lado, o Governo colocou todo o seu peso na expansão da Agricultura. Por que? Porque a Agricultura representava a possibilidade de eliminar, tão rapidamente quanto possível, a escassez de alimentos. A Agricultura representava a possibilidade de gerar produtos exportáveis e, mais do que isso, a

Agricultura representa o setor de menor coeficiente de importação; isto é: quando eu invisto um dólar na Agricultura, eu importo muito pouca coisa, talvez 10 centavos, que são fertilizantes. Então, *o investimento na Agricultura produz rapidamente alimentos, produz rapidamente excedente exportável e não produz nenhuma importação importante.* A Agricultura, portanto, era o setor privilegiado que tinha de ser agilizado como está sendo. De outro lado, as dificuldades do balanço de pagamentos nos induziram a dar toda a ênfase ao setor exportador, e foi o que o Governo fez. O Governo fechou todo o sistema, o Governo estabeleceu restrições financeiras, restrições creditícias, restrições fiscais, restrições de toda ordem a todo o sistema econômico e deixou duas avenidas abertas: a da Agricultura e da Exportação, de tal modo que a sociedade, atendendo aos apelos do mercado, se mobilize na direção correta, como se está mobilizando. Mostrei aos senhores que os indicadores já caminham na direção certa. E tenho confiança de que vamos chegar realmente a superar os dois problemas, que são os problemas, digamos, de curto prazo.

Ora, o Brasil vai sobreviver, não apenas se resolver o problema da inflação ou o problema do balanço de pagamentos, porque isso é certo que vai acabar resolvendo. *O Brasil vai sobreviver, ou não, se for capaz de ajustar-se à crise de energia.* Esse é que é o problema de longo prazo, esse é que é o vetor no qual o Governo está montado e pondo toda a sua ênfase de atuação, no longo prazo: O Governo tem consciência de que o primeiro substituto do petróleo é o petróleo. Nós sabemos que não há substituto para o petróleo a não ser o petró-

leo. Mas, infelizmente, não temos tido sucesso na produção de petróleo, ou talvez tenhamos menos do que gostaríamos de ter, talvez as pesquisas sejam menores do que deveriam ser. E realmente acho que esse é que é o caso. Para os senhores terem uma idéia, este ano os Estados Unidos fazem 30 mil furos. Nós vamos furar 300. As pessoas ficam tristes: "Mas como 300? Você é um louco, deveria furar 3 mil". E só furamos 300 porque não temos pólvora para furar 301, só temos para furar 300. Esse é ou-

xas de crescimento eram gigantescas. Mesmo nos anos 78-79, quando a crise já era uma coisa muito importante, cresceu 6%. Na última coluna aparece o consumo do primeiro semestre de 80 com relação ao primeiro semestre de 79. Se os senhores observarem, verão que a gasolina e o óleo combustível já revelaram decréscimo no seu consumo — a gasolina graças à substituição pelo álcool, o óleo graças a um pouco de economia e substituição pelo carvão. E a taxa de crescimento do primeiro semestre do ano pas-

VARIAÇÃO DO CONSUMO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO

	Em %									
	1971/70	1972/71	1973/72	1974/73	1975/74	1976/75	1977/76	1978/77	1979/78	1980/79 *
Óleo Combustível	9,5	18,1	18,4	2,0	8,9	3,0	3,0	9,1	5,6	-5,4
Óleo Diesel	6,8	24,6	16,7	8,1	9,9	13,6	10,2	9,4	8,1	7,6
Gasolina	6,3	13,9	13,4	0,4	8,8	1,3	-8,2	-8,5	3,1	-7,3
TOTAL	7,7	18,1	19,3	-2,5	9,3	6,1	3,2	9,8	6,0	0,8

\* 1º semestre

tro aspecto da nossa pobreza; quer dizer: ainda que talvez tenhamos a riqueza aí, não conseguimos alcançá-la com a velocidade desejada, simplesmente porque não temos recursos disponíveis para fazê-lo. Mas, de qualquer forma, o correto é que, sendo o petróleo o primeiro substituto do petróleo, a primeira política que tinha de ser executada era uma política de economia de petróleo. O quadro a seguir mostra que nós começamos, pela primeira vez, a ter sucesso nessa política.

Os senhores vêem a variação do consumo de derivados no sobre ano. As ta-

sado com relação ao primeiro semestre deste ano é da ordem de 0,8 ou praticamente a estabilidade. Isso foi conseguido graças à política feroz de preços, que nos atinge a todos. *Nós tínhamos duas alternativas: ou fazer o racionamento ou realmente puxar os preços dos produtos derivados do petróleo de uma forma adequada à elevação dos preços externos. O Governo decidiu embarcar numa política de preços porque há uma consciência de que essa é a única política que pode conduzir, realmente, a resultados favoráveis. Nós não tínhamos nenhuma esperança de que o racionamen-*

*to pudesse produzir qualquer resultado. Não produziu em países muito menores, em países de organização completamente diferente, e não iria produzir resultados no Brasil. Nós não poderíamos, realmente, realizar esse ajustamento através do racionamento, e foi por isso que o Governo optou pelos preços. O Governo optou por aumentar os preços dos combustíveis de forma a que o consumo se fosse acomodando. E os números mostram que já conseguimos algum resultado e vamos prosseguir nessa política, pois estamos certos de que ela vai levar aos resultados necessários.*

Ao lado disso, estamos investindo na PETROBRÁS tudo aquilo de que dispomos. Nós tanto raspamos as gordurinhas todas que existem dentro do Governo, como estamos forçando a PETROBRÁS — aliás, forçando, não, porque a PETROBRÁS já estava voltada para a pesquisa —, e hoje é certo, é uma coisa bastante segura que produziremos, em 84-85, quinhentos mil barris de petróleo por dia. Este é um número sobre o qual já existem poucas dúvidas. Mesmo o pessoal da Geologia da PETROBRÁS, que é um pessoal muito cauteloso, já acha que este é um objetivo factível. Produziremos, portanto, em 84-85, quinhentos mil barris de petróleo por dia.

O PROÁLCOOL, que era um programa que começou com algumas dificuldades, está hoje em plena marcha. Já temos contratados 65% do programa; agora já estão entrando no PROÁLCOOL as grandes empresas brasileiras, os grandes empresários brasileiros e também não há a menor dúvida de que conseguiremos, em 84-85, os 10.7 bilhões de litros por ano de álcool. Já estamos em 6.5 bilhões de litros e está contratada a diferença, de forma que também esse não é mais um problema sobre o qual possa haver

uma dúvida razoável. Isso significa 170 mil barris de óleo equivalente em álcool por dia. É o programa do PROÁLCOOL.

Estamos desenvolvendo todo o programa do carvão, que se está expandindo rapidamente. As pessoas não compreendem — nós, que vivemos em Brasília; os que moram no Rio, muito menos ainda ou os que moram em São Paulo — não sabem o que está acontecendo neste País. Neste País está acontecendo uma coisa muito importante. No caso do carvão, nós aumentamos para 42 milhões de toneladas praticamente com o esforço de três meses e também aqui não há mais dúvidas de que iremos a 130 mil barris de óleo equivalentes em carvão, em 84-85. Esta revolução que se está processando neste País é muito mais ampla do que parece. Se os senhores forem para o interior, vão ver que há um país nascendo nas nossas costas e ninguém vê. E da mesma forma que este país está nascendo nas nossas costas na Agricultura, ele está nascendo na nossa frente no que respeita ao combustível. E está emergindo com uma enorme força. Portanto, não há a menor dúvida de que nós teremos 500 mil barris de petróleo por dia, mais 170 mil barris equivalentes de álcool e mais 130 mil barris equivalentes de carvão, ou seja, uma oferta interna de combustível da ordem de 800 mil barris por dia...

O que equivale a praticamente triplicar a oferta de energia em quatro anos, nesta área do petróleo e seus sucedâneos. É um esforço ressaltante monumental, que está consumindo uma parte importante das poupanças nacionais, mas que se está fazendo sob nossos olhos. Só quem não quer ver é que não percebe isso. Se nós continuarmos crescendo a 5 ou 6% ao ano — e esta é minha esperança, não que nós só possamos

crescer isso, mas porque o balanço de pagamentos constitui um constrangimento insuperável... Nós não podemos crescer mais depressa, senão nós explodimos o balanço de pagamentos —... mas, se nós crescermos a 5 ou 6%, nosso consumo de combustível estará pela ordem de 1.4 ou 1.5 milhões de barris por dia, ou seja, as importações de petróleo estarão em torno de 600 a 700 mil barris por dia, quando, hoje, são de 850 mil. Isto mostra que nós estamos caminhando na direção correta, que nós já estamos vendo ou que já se está acendendo a luz lá na ponta. Isto é: *a longo prazo, as coisas já vão caminhando na direção certa. A economia está sobre os trilhos corretos; ela vai realmente adaptar-se à crise de energia.*

Os sintomas dessa adaptaçã são óbvios. Quando chega aqui o Governo do Kuwait e compra 10% da Volkswagen, as pessoas imaginam que isto é um mero acaso, que eles são especuladores. Mas, quando se conversa com o sujeito que negociou, entende-se porque ele comprou e porque ele está tentando comprar mais 10% agora. É porque o petróleo, daqui para a frente, vai ser cada vez mais um produto nobre, não vai ser usado para queimar em automóvel. Esta civilização do automóvel só vai ser factível para quem tiver terra, mão-de-obra e sol. Quem tiver só terra e mão-de-obra também não vai ter essa civilização do automóvel. Nós somos um dos poucos países do Mundo que possivelmente vai continuar motorizado, simplesmente porque o Brasil realmente avançou nessa linha, desenvolveu uma tecnologia de produção de álcool, que é extremamente eficaz. Nós temos, certamente, a máquina mais perfeita para transformar energia solar em combustível, que é a cana. E desenvolvemos a tecnologia de

transformar a energia solar em energia líquida, que é o álcool.

E é exatamente por isto que eles estão investindo no Brasil. Porque eles sabem que se há uma indústria automobilística que tem futuro é a brasileira. E não é por outro motivo, mas, sim, porque realmente o programa do álcool já é uma realidade. Mesmo que venhamos a descobrir petróleo, é uma ilusão pensar que nós vamos vender gasolina a preço de água mineral! Isto é um equívoco total! Se nós viermos a descobrir petróleo, nós vamos cobrar pelo petróleo o mesmo preço que se cobra no Mundo, já que se trata de produto extremamente raro. E hoje o Mundo tem consciência de que ele é raro e finito, de que ele pode demorar dezoito anos, pode demorar vinte anos. Esta crise que apareceu aqui é rigorosamente fatal, ela vai acontecer no futuro. Então, nós vamos ter que continuar desenvolvendo essas linhas.

Mas estas são duas linhas já assentadas — o álcool e o carvão. E existem ainda várias possibilidades, como o etanol de madeira, no qual nós temos alguma pesquisa. E na Agricultura, hoje, já não há mais dúvida de que nós podemos fazer uma geração de gás pobre para tocar tratores e motores estacionários sem maiores dificuldades.

Se os senhores olharem, portanto, hoje, para o que se chama elegantemente de "matriz energética", irão ver que o Brasil, quieto, mas com um trabalho firme, persistente, desenvolveu substituto para quase todos os derivados de petróleo combustível. Para a gasolina, nós já fizemos o álcool, que vai muito bem; para o diesel, as pesquisas com óleos vegetais vão muito bem. Hoje nós sabemos que, no caso de uma guerra, ou no caso de uma dificuldade no abastecimento, basta plantar e produzir óleo vegetal e



substituiremos realmente 30% do diesel. Vai ficar mais caro, é verdade; vai haver um pouco mais de inflação, mas o Brasil vai continuar funcionando. E isso não é qualquer país que vai poder fazer, mesmo com inflação! E nós sabemos que essa substituição é possível. E, para o óleo combustível, não há mais dúvida de que o carvão, realmente, em todas as suas formas, já é um substituto muito eficaz.

### CONCLUSÕES

O que eu gostaria de dizer-lhes, portanto, é o seguinte: nós temos grandes problemas. Nós temos um grave problema de inflação, nós temos o grave problema do balanço de pagamentos, nós temos um grave problema que é o de adaptar a economia à crise de energia. Mas nós estamos cuidando desses problemas. E aquele que é, talvez, o mais importante de todos — o da adaptação à crise energética — caminha, e caminha bastante bem, vai andando sem que as pessoas estejam percebendo. Nós avançamos enormemente, nos últimos tempos, nessa direção, e hoje é claro que mesmo um colapso no abastecimento não produziria mais, no Brasil, um racionamento do tipo do que aconteceu

durante a Segunda Guerra. Nós temos estoques, aí, de quatro meses, e em oito meses nós teríamos produzido os cereais necessários à obtenção do substituto do óleo diesel e da gasolina.

O Brasil é, portanto, um país viável. O Brasil, em toda essa constelação mundial, tem mais viabilidade que a maioria dos países da Europa Ocidental. Eles dependem de um desenvolvimento tecnológico — vão descobrir lá qualquer coisa. Mas, quem olhar hoje verá que o Brasil já construiu o seu caminho. O Brasil tem que perseverar nessa direção. E, mais cedo ou mais tarde, nós venceremos o problema da inflação. Por que? Porque nós corrigimos as causas da inflação e é certo que os efeitos vão ser corrigidos em um prazo maior ou menor. Nós venceremos o problema do balanço de pagamentos, porque nos voltamos para a exportação, e é certo que vamos conseguir esse equilíbrio. E nós já estamos construindo um País ajustado à nova realidade energética, um País que já está usando como combustível os seus próprios recursos e que, portanto, será muito mais independente do que é hoje ou do que foi no passado.